

O método estrutural em questão: autonomia ou alienação?

[The structural method at stake: a path to autonomy or a form of alienation?]

Evaldo Sampaio¹

Universidade Federal do Ceará (Fortaleza, Brasil)

DOI: 10.5380/sk.v23i3.101950

Abstract

Beginning with a reflection by Vinicius de Figueiredo on the pedagogical and institutional role of the structural method within Brazilian academic philosophy, this study seeks to examine the very nature of that methodological approach. The objective is to determine whether it fosters intellectual independence or, conversely, engenders a form of alienation. For this purpose, I shall confine myself to the paradigmatic articulation of structural reading as found in Victor Goldschmidt and Oswaldo Porchat. My hypothesis is that, given the philosophical skepticism underlying the structural analysis that both thinkers discerned and adopted, the method itself does not constitute an impediment to intellectual freedom. However, it remains to be asked whether the structural method, although it does not hinder the autonomy of thought, may ultimately serve as a means of attaining it.

Keywords: philosophical methodology; structural method; Philosophy in Brazil; Goldschmidt, V. ; Porchat, O.

¹ Professor Associado de Filosofia da Universidade Federal do Ceará. E-mail: evaldosampaio@ufc.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6641-8843>

“Existe uma lista extensa do que não se deve fazer, e inexistente método que assegure êxito ao ensaio. Entre os extremos, há percursos mais ou menos atrativos, que permanecerão abertos para novas releituras se a articulação de suas partes lograr persuadir o leitor”
(Vinicius de Figueiredo, *A Paixão da Igualdade*).

1. O método estrutural em questão

Ninguém deveria duvidar que a leitura atenta e rigorosa dos textos filosóficos é uma condição indispensável para uma iniciação adequada à Filosofia. Sem o recurso aos grandes sistemas, corre-se o risco de tomar por recentes algumas querelas há muito debatidas, adotar soluções já bem refutadas e por fim ignorar o que é específico no filosofar. Como diziam os medievais, subimos nos ombros de gigantes para ver ainda mais longe. A recusa de aprender com os filósofos para assim “pensar por si próprio” é uma forma de lhes prestar uma mal orientada obediência: repete-se o que deles ignoramos. No entanto, o compromisso hermenêutico com as filosofias pode ter um inesperado efeito colateral: imersos na complexidade dos discursos filosóficos, podemos evitar indefinidamente confrontá-los quanto à sua verdade e, portanto, acerca do que nos ensinam sobre a realidade. Nesse cenário, a exegese e mesmo a História da Filosofia se tornariam menos um caminho para a independência do pensamento do que para a sua subordinação. Tais reflexões me ecoavam da fala de Vinicius Berlendis de Figueiredo, naquela que talvez tenha sido a sua última palestra pública, numa tarde de agosto de 2024, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Tratava-se de um evento intitulado *O método em questão*. Vinicius de Figueiredo compartilhou a mesa com seu colega e antigo professor Paulo Arantes². O tema da sessão — *Leitura estrutural: autonomia ou alienação?* — soava como um convite a revisitar, com olhar crítico e também pessoal, a formação acadêmica que ele tivera nos seus tempos de estudante da USP. Em vez de se deter na análise estrutural à francesa — que, de acordo com uma autoimagem já consagrada, teria moldado a pedagogia filosófica uspiana (cf. Arantes, 1994, especialmente cap. 4, Janine Ribeiro, 2005, p. 459-461) —, Vinicius de Figueiredo buscou pensar a efetiva presença de tal metodologia naquela instituição. Para ele, se tivesse sido obedientemente implementada, a adoção de um método que prescreve que sejamos “discípulos dos grandes sistemas” conduziria à alienação. No entanto, um exame mesmo superficial mostra que muitos mestres daquele Departamento não se contentaram em repetir esquemas conceituais canônicos, indo além da História da Filosofia para enfrentar os desafios intelectuais e sociais de nosso tempo. Como eles não poderiam tê-lo feito caso fossem realmente estruturalistas, a leitura estrutural não poderia ter o privilégio que se lhe atribui comumente quanto ao “departamento francês de ultramar” — nem quanto a alguns de seus mais destacados alunos noutras instituições, como foi sem dúvida o caso do próprio Vinicius de Figueiredo.

Sigo aqui um caminho que Vinicius de Figueiredo decidiu não tomar em sua conferência: interrogar a natureza mesma da leitura estrutural. Isso porque não podemos concluir que o estruturalismo nos conduz à autonomia ou à alienação sem antes esclarecer qual o seu significado e a sua noção de verdade. Espero assim complementar os resultados obtidos num estudo anterior — gentilmente lembrado por Vinicius de Figueiredo em sua palestra e que estimulou nosso diálogo agora interrompido — no qual também aponte que o método estrutural jamais foi de fato a principal via do ensino de Filosofia na USP ou em qualquer outro

² A programação do evento se encontra disponível em: <https://filosofia.fflch.usp.br/eventos/10780>. A mesa temática com Vinicius de Figueiredo e Paulo Arantes está registrada e disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dXi4iDirQyI> — a partir de 2h20 minutos da gravação.

centro acadêmico no Brasil³. Sua vigência, mitigada e intermitente, foi quase sempre marcada por equívocos de interpretação e aplicação (cf. Sampaio, 2023). Espero, assim, mostrar que o método estrutural, quando corretamente entendido, não converte quem o pratica em um autômato espiritual e pode ainda constituir uma introdução adequada à Filosofia. Contudo, não deixarei de assinalar algumas dificuldades que o tornam problemático mesmo para quem se restrinja à exegese de textos.

Para tanto, a retomada das ideias de Victor Goldschmidt é indispensável⁴. Embora Martial Gueroult seja uma referência incontornável quando lembramos do estruturalismo filosófico, Goldschmidt foi quem exerceu uma efetiva e decisiva influência, sobretudo pela difusão de sua abordagem pelo maior “estruturalista de carteirinha” na filosofia brasileira, Oswaldo Porchat (cf. Porchat, 2000, p. 122). Minha hipótese é de que, ao contrário do que muitos imaginam, o comentário *ad mentem actoris* de Goldschmidt não recomenda que permaneçamos devotos a uma doutrina ou que jamais nos interroguemos sobre o que ela nos diz quanto ao real. A assimilação ao mesmo tempo fiel e crítica do estruturalismo de Goldschmidt por Oswaldo Porchat será aqui proposta como uma prova *a posteriori* de que o método não constitui por si um obstáculo para a liberdade intelectual do filósofo.

Ao tomar a intenção do autor como eixo hermenêutico, a abordagem de Goldschmidt se distingue não apenas daqueles estruturalistas que privilegiam modelos dedutivos ou impessoais — como parece ser o caso de Gueroult —, mas também contribui para dissipar algumas distorções ainda recorrentes em torno do que se entende por análise estrutural em Filosofia. Com esse propósito, restringirei deliberadamente o escopo da investigação aos principais escritos de Goldschmidt cuja tradução guiaram a nossa recepção de suas ideias: *Tempo lógico e tempo cronológico na interpretação de sistemas filosóficos* (1953), o prefácio à segunda edição francesa de *Os Diálogos de Platão: estrutura e método dialético* (1963) e, sobretudo, *Observações sobre o método estrutural em História da Filosofia* (1981). Tratarei esses textos como reescritas de uma mesma intuição original, sem dar maior importância a umas poucas variações secundárias e formulações alternativas.

2. Como ler estruturalmente um texto filosófico?

O estruturalismo não é um bloco teórico homogêneo, um conjunto de categorias abstratas *a priori* que recebe ajustes de acordo com as suas áreas de aplicação (Goldschmidt, 2023, p. 146). Não ensina o que pensar, mas como pensar — é enfim um método, não uma doutrina (cf. Piaget, 1979, p. 111). Tal atitude se estabelece na Linguística e na Antropologia, difundindo-se em seguida para outras disciplinas, como a Psicologia, a Sociologia, a Matemática, e a História da Filosofia (Goldschmidt, 2023, p. 147). Elas compartilham algumas premissas, como a de que o significado de um termo integra um “sistema de relações” que constitui uma totalidade sem

³ Afasto-me, portanto, de análises como a de Gustavo Caponi (2003, p. 57-59) que tendem a reduzir as primeiras décadas da filosofia acadêmica no Brasil do século XX à gênese e desenvolvimento do Departamento de Filosofia da USP e à predominância do método estrutural.

⁴ Em *O método estrutural e o ensino universitário de Filosofia no Brasil* (2023), mostro, pela análise dos depoimentos e da formação dos protagonistas na criação do Departamento de Filosofia da USP — José Arthur Giannotti, Bento Prado Jr. e Oswaldo Porchat —, que a influência de Martial Gueroult se deu mais como uma deferência normativa do que como prática hermenêutica — e nesse ponto estou de acordo com Caponi (2003). J. A. Giannotti e Bento Prado Jr., embora jamais tenham sido estruturalistas, tiveram um contato mais cuidadoso com o método estrutural por meio de Victor Goldschmidt, na Universidade de Rennes. Quanto a Oswaldo Porchat, mesmo tendo confessado que compreendeu e ensinou de modo incorreto a leitura estrutural por décadas, sempre se reconheceu um discípulo de Goldschmidt. Assim, se Gueroult — provavelmente pelo seu maior destaque acadêmico na filosofia francesa — é o nome mais invocado, a matriz efetiva — ainda que mal assimilada — foi a de Goldschmidt, fato que passou quase despercebido por não se levar em conta a assimetria entre as suas abordagens — o que conduziu a se pensar que havia um só método estrutural compartilhado por ambos. Como meu propósito aqui é antes discutir a natureza do método do que a sua recepção na filosofia uspiana, remeto ao citado artigo para maiores detalhes.

a qual seus elementos não podem ser analisados (Goldschmidt, 2023, p. 148); ou a hipótese de que uma explicação racional dessa totalidade consiste na passagem de uma complexidade evidente e pouco inteligível a outra menos direta e mais organizada (Goldschmidt, 1993, p. xxiii). Ora, tais princípios são triviais e facilmente os encontramos até em concepções antagônicas ao estudo das estruturas (Goldschmidt, 2023, p. 149-150). Como cada objeto ou fenômeno a ser interpretado é diferente um do outro, os procedimentos para lhes examinar também o serão. Por isso, os critérios para a sua compreensão não são pré-existentes à própria análise e as modalidades de sua execução diferem entre as ciências (Goldschmidt, 2023, p. 146).

A heterogeneidade do método estrutural não diminui quando nos restringimos à exegese de textos filosóficos. Não há propriamente uma escola estruturalista de História da Filosofia, pelo menos se por tal rótulo esperamos encontrar um grupo de pesquisadores que concordam uns com os outros quanto às suas estratégias hermenêuticas e propósitos filosóficos (Goldschmidt, 1993, p. xx; 2023, p. 147). Sem manifesto ou manual de regras, eles assumem em uníssono tão somente a fidelidade a um certo ideal de “rigor” (Goldschmidt, 1993, p. xx), além do princípio de que aquilo que há de essencial num pensamento filosófico se revela em sua “estrutura” (cf. Bréhier, 1949, p. 41; Goldschmidt, 1993, p. xxi).

Dentre tantas orientações mais ou menos aparentadas, o que caracteriza, enfim, o método estrutural em Victor Goldschmidt? Cabe aqui uma distinção fundamental que concerne às formas possíveis de leitura dos textos filosóficos – e que corresponde, em última instância, a dois modos de conhecimento. O primeiro modo considera que toda obra de pensamento é, antes de tudo, um “fato histórico”. Assim, compreender suas teses implica restituí-las à situação efetiva e ao plano cronológico em que foram elaboradas, reconstituindo as circunstâncias que as condicionam. A doutrina é então interpretada como o resultado de causas que lhes são exteriores – influências literárias, determinações ideológicas, condições políticas ou econômicas –, isto é, de fatores que não pertencem à ordem conceitual do sistema (Goldschmidt, 1970, p. 139).

Esse procedimento define o que Goldschmidt chama de “método genético”. Ele visa explicar o pensamento filosófico a partir de um conhecimento motivado pelos dados (*cognitio ex datis*) (Goldschmidt, 2023, p. 154). Uma primeira – e talvez a mais decisiva – dificuldade dessa abordagem consiste em reduzir o significado de uma filosofia a condições ou condutas que não pertencem ao próprio ato de filosofar. Ao explicar uma doutrina por aspectos que lhe são exteriores, tenta-se então encontrar o sentido de uma filosofia por aquilo que ela não é. Outro contrassenso é que, a despeito das contribuições da cronologia para a interpretação de uma obra, é a interpretação que funda as hipóteses genéticas – e não o contrário (Aubenque, 2012, p. 18-19).

Além disso, quando se privilegia a sucessão temporal, as contradições internas de uma doutrina ou os conflitos entre sistemas distintos são tratados como simples estágios de sua evolução. Tal procedimento, longe de esclarecer as dificuldades hermenêuticas, neutraliza-as, pois não há contradição alguma entre ideias conflitantes em momentos distintos de uma mesma filosofia ou entre doutrinas diferentes (Goldschmidt, 1970, p. 139-140). Dessa forma, abandona-se um princípio básico, sem o qual toda leitura de uma obra de pensamento se torna irrelevante: o de que uma filosofia, mesmo atravessando tensões e desvios, procura ser coerente em seu próprio desenvolvimento (Goldschmidt, 2023, p. 162).

Em contraste com a leitura que busca compreender uma filosofia por sua gênese histórica, é possível interrogar a inteligibilidade de um sistema a partir dos seus próprios princípios (*cognitio ex principiis*). Tal é a atitude do aprendiz de geômetra que não se contenta em repetir fórmulas ou teoremas, mas procura entender o encadeamento que os demonstra, de modo a apreendê-los como o autor mesmo os concebeu (Goldschmidt, 2023, p. 154). A obra filosófica, enquanto objeto de significação, não é uma simples coleção de proposições ou conceitos justapostos: ela constitui uma totalidade organizada cuja coerência interna condiciona o sentido de cada uma de suas partes. Por isso, as teses só adquirem pleno significado quando são explicadas como

expressões parciais dessa totalidade – como momentos articulados de uma estrutura conceitual que as integra e lhes confere unidade (Goldschmidt, 2023, p. 160-161).

Essa ordenação interna é um constructo lógico-semântico, um tecido movente de correlações que definem as partes constitutivas da obra. É precisamente esse modelo dinâmico e intradiscursivo que se deve entender como uma “estrutura”. Uma análise de estruturas se refere sobretudo ao processo gerador que perpassa os diversos momentos pelos quais as suas teses e raciocínios são sucessivamente formulados, abandonados ou superados (Goldschmidt, 2023, p. 160-161). Por isso, a estrutura não é um arcabouço ou substrato do pensamento, mas o seu próprio movimento: um percurso que dá forma ao sentido à medida que avança. Apenas a integração desses momentos permite explicar o que – e por que – o filósofo diz isso e rejeita aquilo.

A relação entre uma doutrina e o método que a torna inteligível é de mútua dependência. Por um lado, as teses de uma filosofia só podem ser adequadamente compreendidas por meio do caminho de investigação que as produz; por outro, o próprio método se determina e se esclarece à medida que essas teses se constituem. Essa reciprocidade impede, portanto, que o método seja concebido como anterior ou superior à doutrina que o exprime. A análise de uma estrutura não apresenta a progressão interna das ideias pela cronologia dos fatos, tampouco as abstrai numa simultaneidade atemporal. A leitura estrutural deve seguir a sucessão das razões do sistema, seu “tempo lógico” (Goldschmidt, 1970, p. 141-157). Longe de ser um artifício especulativo, a noção de tempo lógico é perfeitamente familiar à nossa experiência intelectual. Assim como os eventos de uma obra literária não coincidem com a cronologia dos acontecimentos de sua narrativa – podendo avançar, retomar ou inverter a sequência das ações –, também o desenvolvimento das ideias filosóficas obedece a uma temporalidade própria em que o pensamento se organiza e encontra sua forma de exposição.

Agora se pode desfazer um mal-entendido, talvez o mais fundamental, a respeito do estruturalismo. Costuma-se considerar que o método é prerrogativa do intérprete, isto é, um conjunto de instrumentos conceituais que este mobiliza para explicar uma filosofia. É preciso, no entanto, inverter essa expectativa: o “método” não se refere, em primeiro lugar, a um gesto analítico aplicado de fora ao texto, mas ao modo de pensar que o próprio filósofo articulou ao dar forma à sua doutrina. O método é o caminho ou trajeto que o pensamento percorre enquanto a estrutura é a trajetória que resulta desse ato. Essa inversão redefine profundamente o papel do intérprete: ele não é mais aquele que, situado à distância, projeta sobre a obra um aparato conceitual para explicá-la. Ao contrário, sua tarefa consiste em mitigar a separação entre sujeito e objeto da interpretação, reconhecendo que compreender uma filosofia exige acompanhá-la desde dentro, no movimento próprio que engendra suas teses. A virtude intelectual do hermeneuta é uma disposição ou capacidade de apreender o outro a partir dele mesmo sem com isso deixar de reconhecer a sua alteridade. Para tanto, é preciso entender um sistema tal como ele é compreendido pelo próprio filósofo, reencontrando internamente os elementos que permitam lê-lo pela sua leitura e julgá-lo pelo seu ponto de vista crítico acerca de si (Porchat, 2000, p. 30).

Aqueles que não atentam para tais sutilezas tendem a considerar que

As técnicas de análise estrutural de textos [...] obedecem a normas bastante simples. Tome-se um segmento do autor, seccionado de seu contexto em pontos que indiquem uma articulação aparentemente natural (parágrafo, capítulo, passo da argumentação), e procura-se explicitá-lo internamente, isto é, com os próprios recursos que ele oferece. Unicamente esse segmento é colocado em tela: o contexto – assim como o restante da obra – ficam reduzidos, provisoriamente, à simples condição de gramática ou dicionário, a que se pode recorrer quando alguma exigência do texto o solicitar. O texto, nessa sua materialidade, será interrogado *conceitualmente* e não *tematicamente*: não se procurará saber *o que* ele diz – muito menos o que o autor *quis* dizer –, mas como ele funciona; não os conhecimentos e informações de que ele seria “veículo” – eventualmente a respeito do “pensamento

do autor” —, mas *o que acontece nele*. Uma etapa posterior — e bem distinta, que *pressupõe* o término dessa abordagem aparentemente formal — é o comentário, em que então se discutirão as ideias construídas pelo texto que foi analisado e suas implicações mais gerais (Torres Filho, 2004, p. 138-139).

Nessa passagem, Rubens Rodrigues Torres Filho não menciona qual linha de análise estrutural tem em mente. Dada a sua formação uspiana, ele retoma aqui sem dúvida a Gueroult ou a Goldschmidt. Parece inclusive que os têm como mais do mesmo. Tal caracterização da análise estrutural é um caso exemplar da visão mais ou menos generalizada acerca desta em nosso ensino e pesquisa universitários. Mas ela é pertinente quanto ao método estrutural de Goldschmidt?

Em primeiro lugar, a estrutura dá ao texto tamanha autonomia que se possa ignorar o sentido visado pelo autor? Para Gueroult, não há dúvidas de que sim, pois se deve ter por objeto “menos a intencionalidade do autor do que a interioridade da obra” (Gueroult, 2005, p. 136-137). Pelo contrário, Goldschmidt considera que uma obra não se dissocia do ato voluntário e racional que a instaura. Por isso, é preciso então encontrar um critério que evite a arbitrariedade na interpretação (Goldschmidt, 1970, p. 140). Esse critério repousa na capacidade do modelo explicativo de apreender, tanto quanto possível, a “intenção do autor” (Goldschmidt, 2023, p. 154; 1963, p. 140). Portanto, cabe interrogar o que o filósofo “quis dizer” — e não desmontar e remontar as partes de um dispositivo anônimo cujas peças funcionam por si mesmas.

Esse apelo à intencionalidade, contudo, poderia parecer um recaída nos equívocos do método genético. Tal objeção se dissipa se estabelecemos uma distinção essencial: a que separa o “escritor” — sujeito empírico e psicológico — do “autor” — instância linguística projetada na própria obra. O autor pressupõe, mas não se limita, ao sujeito, pois sua presença é uma projeção de si no discurso filosófico enquanto um princípio de sua coesão e inteligibilidade. Assim, aquilo que nos apresenta o autor pode exceder, de fato ou de direito, o que estava na consciência do escritor. Afinal, o que filósofo “quis dizer” não é necessariamente aquilo que efetivamente disse. A intenção, portanto, não se limita ao que é assumido explicitamente por uma filosofia.

Se nas grandes filosofias a exposição dos argumentos caminha junto com a investigação das condições que os tornam pensáveis (Goldschmidt, 2023, p. 154-155) é legítimo considerar que aquilo que o filósofo nos diz explicitamente quanto às regras para a condução de seu espírito é ao menos o ponto de partida para a sua análise estrutural. Assim, cabe comparar os momentos em que o filósofo nos ensina diretamente seus procedimentos de descoberta, argumentação e prova com a aplicação efetiva destes. Esse “método ensinado” é uma reflexão do próprio filósofo quanto aquilo que alcançou em suas investigações e suas condições de possibilidade (Goldschmidt, 2023, p. 154-155). Como a aplicação de categorias de pensamento não implica no conhecimento dessas categorias (Goldschmidt, 2023, p. 147), o método ensinado não se sobrepõe ao “método em ato”, isto é, à filosofia plenamente realizada. Por isso, cabe ao intérprete confirmar, corrigir, acrescentar — ou até mesmo pôr de lado — certas regras refletidas no método ensinado pelo autor. A dialética entre o método ensinado e o método em ato corrobora o princípio de que o pensador nem sempre diz tudo que sabe sobre um assunto — ou tudo que o comentador gostaria que ele dissesse (Goldschmidt, 2023, p. 162).

Por isso, as técnicas do método estrutural para compreender a doutrina segundo a intenção do autor nada têm a ver com a simples análise de suas teses isoladas. A contraposição entre o método ensinado e o método praticado faz com que cada proposição seja sempre interpretada pelo ponto de vista crítico do seu autor, o que impede, ainda que provisoriamente, que ela seja separada do restante da obra ou, mais precisamente, do processo gerador de suas ideias. Um sistema de relações não é uma simples gramática ou dicionário, pois nele se inscreve o percurso gerativo de sentido que constitui o verdadeiro objeto da interpretação.

Daí que se toda análise estrutural é uma leitura interna, nem toda leitura interna é

uma análise estrutural. Seja, por exemplo, o “método analítico”. Em suas inúmeras variações, o seu essencial consiste em submeter uma sentença à análise de sua forma lógica subjacente, na convicção de que tal exame permite revelar o seu conteúdo proposicional. Segue-se assim o princípio de que uma palavra apenas adquire significado no contexto de sua frase ou proposição e que lhe cabe enfim um esclarecimento conceptual (cf. Strawson, 1992, cap. 1; Margutti, 2002, p. 126-129). Como bem observou Richard Rorty, quando aplicado à interpretação de textos filosóficos, essa metodologia é uma “reconstrução racional” que, ao ignorar deliberadamente o contexto sócio-histórico das doutrinas, pretende torná-las nossas contemporâneas (Rorty, 1984, p. 49-54). Essa reconstrução racional faz do todo uma soma de suas partes, já que a proposição lhe é uma unidade significativa autônoma. Portanto, analisa um segmento internamente, porém não a sua estrutura. Isso porque a lógica interna de uma filosofia, tal como a concebe o método estrutural, não se limita às normas da lógica formal, isto é, a um conjunto prévio de regras de inferência e de demonstração (Porchat, 2005, p. 238-239). Em sua evolução criadora, a ordem das razões que se ocupa o estruturalista engendra seus próprios “procedimentos de investigação, de descoberta, de exposição e de demonstração que lhes garantem coerência e lhes conferem inteligibilidade” (Goldschmidt, 2023, p. 154). Há outros exemplos, mas este já mostra com clareza que a análise estrutural se contrapõe a outras formas de leitura interna tanto quanto ao método genético.

Além disso, o método estrutural não obriga a “colocar entre parêntesis” os fatores externos nem a tratá-los como irrelevantes. Ora, assim como alguém fluente em alemão não é apenas por isso capaz de entender um discurso filosófico nesse idioma, estar bem informado quanto à psicologia do autor ou as condições sócio-históricas em que sua obra foi escrita pode ser uma condição até necessária, mas jamais suficiente para compreender o seu sentido propriamente filosófico (Goldschmidt, 1993, p. xiv). Isso porque uma filosofia, materialmente instanciada num texto, é um objeto autônomo ou ao menos não redutível ao seu entorno. Aliás, a contraposição entre uma leitura interna e outra externa não resiste a um exame mais cuidadoso. Ela insinua, de modo simplista, que a primeira se ocupa exclusivamente da linguagem, enquanto a segunda estaria voltada para o que excede o texto. Na realidade, ambas são teorias linguísticas, ainda que com ênfases distintas na constituição do sentido: a leitura interna privilegiaria os mecanismos intradiscursivos; a leitura externa, os interdiscursivos. Convém lembrar, no entanto, que tal distinção exprime uma predominância de enfoque, não uma separação absoluta de domínios (cf. Fiorin, 2012, p. 166).

Com tudo isso não se ambiciona entender uma filosofia melhor do que ela mesma (Goldschmidt, 2023, p. 162; 1993, p. xvi), tampouco obter a coerência a qualquer custo (Porchat, 2000, p. 29-30). Também não se esboça uma fase preparatória para um eventual comentário erudito das premissas e implicações mais gerais de uma filosofia. Em si mesmo, trata-se de um exercício de superação dos preconceitos que uma leitura imprudente ou impetuosa não consegue escapar. Dessa maneira, recomenda-se que o intérprete busque compreender a coerência interna de um pensamento antes de julgá-lo (Goldschmidt, 1970, p. 141). Uma incongruência ou ambiguidade apenas se torna legítima quando já se conhece a ordem que ela perturba — e é da fidelidade às razões do filósofo, e não da pressa pela contestação, que se extrai tal conhecimento (Porchat, 2000, p. 29). É nesse sentido que se deve assumir — ainda que de modo provisório — a atitude de um discípulo. Mas esse respeito e até humildade diante de um sistema não resultaria numa servidão voluntária do intérprete a todos as incoerências do pensador?

Não se deve confundir um discípulo com um devoto. Tomar a intenção do autor como uma norma — ainda que inalcançável em sua completude — não implica em si renunciar à autonomia do pensamento. Significa, antes, procurar alcançá-la por meio de um esforço da inteligência, regulado por uma disciplina rigorosa, e orientado, como nos sugere quem a praticou, pelo propósito de libertar-se de toda forma de preconceito histórico e de todo dogmatismo (Porchat, 1970, p. 7). Cabe então reconhecer dois tipos de aprendizes: o discípulo de uma doutrina e

o discípulo de um método. Ser discípulo de uma doutrina define a adesão à verdade de um conjunto de dogmas, o que pode sim levar à supressão da dúvida e da autonomia. Em contraste, o discípulo de um método se admira quanto ao próprio exercício da razão, ou seja, quanto ao significado filosófico de um modo de pensar (cf. Goldschmidt, 1970, p. 141). As exigências para alcançar esse propósito, em vez de calarem o intérprete-filósofo, forcem-no a jamais deixar de interrogar e refletir diante de um grande sistema. A atitude do discípulo do método não é passiva, mas ativa e crítica na acepção mais fundamental: o que se procura aprender é o próprio ato filosófico.

No entanto, a fidelidade à intenção do autor impõe para a análise estrutural certos limites e, talvez, alguns impasses inevitáveis. Como seu propósito é “ler um pouco melhor” as obras filosóficas, seu campo de aplicação permanece restrito aos textos escritos (Goldschmidt, 2023, p. 164). A leitura estrutural não é útil, por conseguinte, para o discurso oral — uma aula ou uma entrevista, mesmo que apoiadas em anotações ou esboços preparatórios, pertenceriam ao tempo vivido do sujeito e não ao tempo lógico de uma doutrina. Tal restrição torna o método estéril para interpretar grandes filósofos, como Sócrates e Epicteto, que nada escreveram, e até mesmo escolas, como a Nova Academia (Goldschmidt, 2023, p. 164). Contudo, Goldschmidt minimiza estes obstáculos, já que desde muito cedo “a civilização greco-romana se tornou uma civilização da escrita” (Goldschmidt, 2023, p. 164). A exceção, portanto, não lhe invalida a regra: é no texto, e não na palavra falada, que o pensamento filosófico encontra sua forma mais própria de permanência e inteligibilidade.

Todavia, o compromisso com os desígnios do filósofo leva a uma outra interdição ainda mais problemática: a análise estrutural apenas aceita a “obra assumida” pelo autor. Somente a ela podemos atribuir plenamente a autoridade quanto às ideias que foram expressas — e tal “responsabilidade filosófica” é uma medida da coerência do sistema mais radical do que o próprio princípio de não-contradição (Goldschmidt, 1970, p. 146). A exigência pode ser aplicada sem maiores problemas quanto a um Bergson — que em seu testamento negou qualquer validade aos textos que ele próprio não publicou (cf. Gouhier, 2014, p. ix) —, ou a um Nietzsche — a despeito de algumas divergências menores, como no caso de *Ecce Homo*, obra que ele não completou a revisão dos originais, ou d’*O Anticristo*, que também foi publicado postumamente, mas já estava concluído (cf. Hollingdale, 1999, cap. xiv).

Mas qual responsabilidade filosófica podemos atribuir a um Aristóteles, do qual há consenso entre os comentadores de que não foi o autor de suas obras tal como um pensador moderno, uma vez que estas foram compiladas e organizadas bem posteriormente a partir de papíros diversos? (cf., e. g., Rey Puente, 2025, p. 9-13). E como nos guiarmos pela intencionalidade daqueles que compuseram seus textos antes da invenção do livro moderno e da imprensa, já que o repertório bibliográfico até a segunda metade do século XV nos chegou por cópias manuscritas cujas diferentes versões ainda garantem o emprego dos filólogos? As dificuldades não se foram por completo mesmo depois disso. Os erros no texto da edição original das *Meditações sobre a Filosofia Primeira* (1641), que levaram Descartes em seguida a publicar uma segunda edição corrigida, não seriam obstáculos para se entender a sua intenção (cf. Castilho, 2008, P. 9-15)? Como se sabe, uma vírgula ou um ponto bastam às vezes para separar um realista de um idealista.

Por sua vez, a numerosa correspondência entre os pensadores modernos não faria do gênero epistolar, privado ou circunscrito a um grupo menor, um registro indispensável para a compreensão das suas doutrinas — ainda que fora do escopo da análise estrutural já que não preparados por seu autor para publicação? Por fim, não seria excessivamente otimista — para não dizer ingênuo — o princípio segundo o qual o filósofo exprime em seus textos, ou ao menos assim o deseja, apenas o que efetivamente pensa? Como observa Leo Strauss (2015, cap. 2), a História da Filosofia e, em particular, da Filosofia política, é também a de uma arte da dissimulação: sob regimes de censura ideológica muitos pensadores parecem ter recorrido a uma escrita deliberadamente esotérica, de maneira que comentários inoportunos e às vezes

teses decisivas se ocultam em formulações cifradas ou destinadas apenas a um círculo restrito de leitores.

3. Autonomia e alienação no método estrutural

Deixemos de lado tais dificuldades. Ainda assim, mesmo que a análise estrutural nos torne leitores atenciosos e críticos diante de uma filosofia, essa autonomia de pensamento não se converte enfim numa forma de alienação? Afinal, ao limitar-se à interpretação do sentido das doutrinas, o método estrutural pode se tornar um refúgio acolhedor para que evitemos nos interrogar sobre a verdade de um sistema — e, por conseguinte, da sua relação com a realidade. Entretanto, a fidelidade à intenção do autor, e sobretudo à sua pretensão de verdade, não exigiria que a leitura estrutural ultrapassasse a simples investigação do sentido de uma filosofia? É apenas sob essa condição que se pode responder de modo adequado à questão do método formulada por Vinicius de Figueiredo: mostrar que a análise estrutural não exclui, mas antes permite, discutir a verdade de uma filosofia.

Ainda que o método estrutural tenha o propósito de apenas compreender melhor os textos filosóficos — e, por isso, trate unicamente da questão do sentido de uma doutrina —, o próprio Goldschmidt reconhece que o estruturalismo não pode evitar indefinidamente o problema da verdade das filosofias. A leitura estrutural ao menos já ofereceria um critério formal para pôr à prova um discurso filosófico: para se julgar a verdade de um sistema, não basta examinar as suas teses isoladamente; é preciso considerar a estrutura interna na qual estas são geradas e adquirem sentido (Goldschmidt, 1970, p. 145-146). Portanto, a verdade do sistema envolve a conformidade tanto de seu conteúdo quando de sua estrutura.

As filosofias discordam quanto à verdade de suas doutrinas. Por isso, não se pode aderir a nenhuma antes de compará-las. Mas a condição de possibilidade dessa comparação é que as suas estruturas se sobreponham sem se reduzirem uma à outra, que entre elas haja uma analogia estrutural, um parentesco na sua lógica interna (Goldschmidt, 1970, p. 145-146). Como se pode avaliar tal proximidade? Embora Goldschmidt aceite que podemos encontrar tais semelhanças entre as doutrinas, um exame mais cuidadoso mostra que não é possível. Semelhança supõe diferença — senão seria uma identidade — e um aspecto comum — senão seria incomparável. Sim, a lógica interna de uma filosofia é diferente da de outra; mas como lhes encontrar um aspecto comum? Uma primeira alternativa seria partir de uma das filosofias a serem comparadas e então verificar se um determinado aspecto metodológico dela se encontra na outra. Porquanto tal aspecto apenas adquire seu significado em relação à estrutura do sistema, interpretaremos a segunda filosofia pela ordem das razões da primeira e, por conseguinte, sendo infiéis à lógica interna de uma delas. Uma segunda estratégia seria estabelecer *a priori* um esquema para a comparação. Ora, se cada sistema filosófico possui seus próprios critérios de inteligibilidade, não existe um padrão neutro que os compare sem deformá-los. Compará-los desse modo seria impor-lhes uma estrutura que não é a deles e, por isso mesmo, afastar-se do pensamento que se pretendia compreender.

O próprio Goldschmidt jamais nos apresentou explicitamente tais consequências de sua metodologia. No entanto, seu principal discípulo no Brasil, Oswaldo Porchat viu claramente que os princípios da leitura estrutural impedem que uma comparação entre filosofias possa resultar numa harmonia entre elas. O método estrutural nos conduz a um inevitável e insuperável “conflito das filosofias” (cf. Porchat, 2006, cap. 1). A lógica interna de uma filosofia não se deixa reduzir ao que lhe é exterior porque “cada sistema concebe a verdade e a realidade à sua maneira” (Porchat, 2016, p. 14). A ousada proposta de que as teses e o método de uma doutrina são indissociáveis tem assim um preço alto para o estruturalista: as filosofias não são apenas opostas, mas incomensuráveis entre si.

Diante da impossibilidade de decidir qual sistema filosófico é verdadeiro, a única atitude coerente que resta é a suspensão de juízo. Por isso, Oswaldo Porchat reconhece que foi o longo e paciente convívio com o estruturalismo que lhe orientou rumo ao ceticismo (Porchat, 2016, p. 14). O cético, como se sabe, reconhece que há razões igualmente convincentes para sustentar posições opostas. No entanto, essa equipolência é ainda mais profunda no ceticismo estruturalista: aqui não se trata apenas de contrapor teses divergentes, mas modos de pensamento heterogêneos e que se excluem mutuamente. Essa posição distingue o ceticismo estruturalista tanto de uma leitura dogmática — que aceita a pretensão de verdade de uma doutrina — quanto da leitura histórico-genética — que considera que nenhuma doutrina pode ser verdadeira (Goldschmidt, 1970, p. 139-140).

Isso mostra que o método estrutural, longe de afastar o pensador da questão da verdade, conduz, quando levado às suas últimas consequências, ao assentimento da pluralidade irreduzível das filosofias e à necessidade de assumir uma posição diante delas. O caso de Oswaldo Porchat é paradigmático: ele revela como o exercício rigoroso do método lhe fez descobrir, de modo independente, uma visão cética do mundo⁵. Em uma bem-humorada inconfidência, ele nos conta que, certa ocasião, num jantar com Goldschmidt, teve enfim coragem de lhe confessar que se tornara um cético. Qual foi a sua surpresa quando o mestre francês lhe disse, sorrindo, que ele também se tornara um cético! (Porchat, 2016, p. 14)⁶. Como o ceticismo de Oswaldo Porchat — e, ao que tudo indica, o de Goldschmidt — resulta de uma reflexão sobre a interpretação das doutrinas *ad mentem actoris*, então o método estrutural não constitui um obstáculo para se julgar a pretensão de verdade de uma filosofia. Se o ceticismo é ou não a única atitude filosófica coerente para o estruturalista ou a melhor resposta ao problema da verdade, trata-se de uma questão que ultrapassa os limites deste ensaio.

Há uma consequência ainda mais radical descoberta por Oswaldo Porchat em sua reflexão quanto ao método estrutural de Goldschmidt. O conflito das filosofias não se limita a uma disputa sobre a sua verdade, mas se estende igualmente à questão de seu próprio sentido. Apenas podemos julgar que as doutrinas são incomensuráveis porque temos meios de compreender o significado de cada uma delas. Para Goldschmidt, parece haver no método certa transparência, uma única leitura possível ou correta do texto pela articulação de suas teses e de sua *lógica* interna. No entanto, Oswaldo Porchat nos lembra que, ao discutirmos a interpretação de uma filosofia, não travamos um diálogo direto ou particular com seu autor (Porchat, 2016, p. 14). A nossa leitura deve ser comparada com as de outros intérpretes que se debruçaram sobre

5 Plínio Smith (2018, caps. 1–3) distingue três momentos no percurso filosófico de Oswaldo Porchat. Num primeiro, a adesão à metafilosofia estruturalista — isto é, à concepção, inspirada em Goldschmidt, da Filosofia como explicitação e discurso estrutural — conduziu-o àquilo que Smith denomina “o silêncio da não Filosofia”: o abandono, em grande medida existencial, da atividade filosófica em seu aspecto especulativo, dada a incomensurabilidade entre as doutrinas. Em seguida, aponta-se uma “filosofia da visão comum do mundo”, influenciada por G. E. Moore e Peter Strawson, uma forma de realismo que procura reconduzir o pensamento à experiência cotidiana. Por fim, numa terceira etapa, Oswaldo Porchat retomaria sob novo ângulo o ceticismo da metafilosofia estruturalista e, ao incorporar-lhe um elemento positivo — ainda que pouco desenvolvido, como observa Smith —, chegaria ao seu neopirronismo. Na última conferência pública que proferiu, Oswaldo Porchat mencionou o livro ainda inédito no qual um ex-orientando examinava a evolução de suas ideias filosóficas — aludindo, sem dúvida, ao estudo de Plínio Smith. Observava, contudo, que não reconhecia a si mesmo na progressão ali descrita, o que, segundo ele, não constituía objeção decisiva, já que os autores não são, em geral, os melhores intérpretes de si mesmos (cf. Porchat, 2016, p. 13). Não é o caso de prolongar aqui essa discussão, mas parece-me que a trajetória de Oswaldo Porchat é, no essencial, tanto cética quanto estrutural. Com efeito, as “três filosofias” enumeradas por Plínio Smith pressupõem a inseparabilidade entre método e doutrina e conduzem, por essa via, à conclusão cética acerca da incomensurabilidade dos sistemas e da consequente suspensão do juízo quanto à sua verdade. Assim, mesmo na primeira fase de seu pensamento (o silêncio da não Filosofia), Oswaldo Porchat me parece recusar o ceticismo a partir do próprio ceticismo — que ainda não lhe era plenamente consciente até momentos posteriores de sua reflexão.

6 Em artigo recente, Luiz Paulo Rouanet (2024) relata ter ouvido de Oswaldo Porchat que, em uma conversa com Goldschmidt no final dos anos 1970 ou início dos 1980, o mestre francês teria confidenciado já não se considerar um estruturalista. Nada se menciona, nesse relato, sobre o episódio em que Goldschmidt também se declarou cético. Contudo, dado tratar-se, ao que tudo indica, do último encontro entre ambos — pois Goldschmidt faleceu pouco tempo depois —, é plausível supor que ele tenha então reconhecido a incompatibilidade entre o ceticismo e o seu antigo estruturalismo.

a mesma obra e propuseram por vezes leituras divergentes às nossas. Mesmo que eles sejam confrades estruturalistas, como saber quem foi fiel à intenção do autor? Quanto a isso, nem o próprio autor é a medida de todas as coisas, pois, embora saibamos o que queremos dizer, nem sempre sabemos se é só isso o que dizemos. Assim, a suspensão de juízo não vale apenas para a verdade das filosofias, mas também quanto ao sentido mesmo das obras filosóficas. É por isso que Oswaldo Porchat conclui que “a interpretação da filosofia de um autor exige bem mais que a tentativa de reconstituir sua filosofia *ad mentem auctoris*” (Porchat, 2016, p. 13). Daí que, ao examinar as ideias céticas, ele se refira tão somente ao “*meu ceticismo*”.

O problema, portanto, não está na análise estrutural em si, mas na maneira como a “doutrina do método” foi compreendida e ensinada. De onde vem essa suspeita de que a História da Filosofia e, em particular, a leitura estrutural leva a uma alienação? No caso da filosofia uspiana, certa deferência intelectual e circunstâncias institucionais fizeram com que o comentário das obras fosse adotado menos como o ponto de partida do estudo acadêmico do que como sua principal ou única finalidade (cf. Arantes, 1994, p. 16-19, 39, 45, 47, 54, 284, 351, dentre outras passagens). A autocritica mais incisiva a esse estado de coisas na filosofia uspiana já remonta aos anos 1970, quando um de seus fundadores, José Arthur Giannotti, ironizava a “obsessão” pelo comentário de textos que alienava o intérprete menos de suas ideias do que da possibilidade de um dia tê-las (Giannotti, 1985, p. 11-12).

Anos mais tarde, o já mencionado Oswaldo Porchat, outro artífice daquele departamento franco-paulista, reconheceria a sua parcela de responsabilidade por ter ensinado a gerações de estudantes — que depois se tornaram professores — a exclusividade da História da Filosofia e, mais precisamente, do método estrutural (Porchat, 2016, p. 8). Ele não propunha com essa autocritica o abandono do estudo rigoroso dos sistemas filosóficos, mas que este deixasse de ser o eixo transversal de todas as disciplinas, inclusive das temáticas, nas quais outras formas de investigação seriam mais adequadas (Porchat, 2016, p. 8).

Não estou certo se Oswaldo Porchat percebeu que essa exigência não era do próprio método, mas de uma incompreensão da doutrina do método. Aliás, ele reconhece ter aplicado equivocadamente algumas técnicas do método estrutural por muito o tempo. Isso porque, por exemplo, supunha — e assim o ensinara — que seria preciso realizar uma leitura linha a linha dos textos — o que apenas confinava o intérprete no nível das proposições sem a atenção às suas articulações internas⁷. Essas imprecisões apareceram também em sua pesquisa. Na sua Tese de livre-docência sobre ciência e dialética em Aristóteles, concluída em 1968, quando sua adesão ao estruturalismo era mais firme, Oswaldo Porchat se justificou por examinar ali apenas do método ensinado por Aristóteles, sem referência aos tratados em que o estagirita punha em práticas suas próprias regras de pesquisa. Não percebeu, porém, que com isso anulava o princípio que o estruturalismo pretende afirmar: a unidade entre o pensamento e o caminho que o produz (cf. prefácio). Um palpite é que aquela equivocada apresentação acima do método estrutural por Rubens Rodrigues Torres Filho, um dos vários e importantes alunos de Oswaldo Porchat que depois se tornaram professores, deveu-se sobretudo à insuspeita fidelidade ao que seu antigo mestre lhe ensinara⁸.

7 Uma interpretação que parece incorrer no equívoco assinalado por Oswaldo Porchat encontra-se em Luiz Paulo Rouanet (2024, p. 217-218), quando ele sugere que a leitura estrutural, por sua ênfase na interpretação, reduzir-se-ia quase a uma paráfrase dos textos. Tal objeção teria fundamento se o método estrutural se confundisse com um comentário linha a linha, o que Oswaldo Porchat reconhece ter ensinado incorretamente. Acresce que, embora o propósito do método seja estritamente exegético e assim procure interpretar da melhor maneira os textos, disso não se segue a impossibilidade de um exame crítico, seja quanto ao sentido — quando o intérprete complementa ou retifica o método ensinado pelo filósofo pelo método que efetivamente se pratica — seja quanto à verdade — ao oferecer pelo menos um critério formal para aferir a coerência das doutrinas. Por isso, não se justifica qualificar a análise estrutural de “conservadora”, como propõe Rouanet, se assim se entende uma leitura meramente parafrástica — o que já se viu não ser o caso — destinada apenas a repetir conteúdos para preservá-los. Como a análise de estruturas se distingue da análise proposicional, também não procede a aproximação proposta por Rouanet entre a análise estrutural e o neopositivismo, que permanece no plano das proposições e não no das articulações entre método e doutrina.

8 Em sua análise de meu artigo *O método estrutural e o ensino universitário de Filosofia no Brasil* (Sampaio, 2023), Hailton Felipe Guimmarino, apesar de concordar que o estruturalismo não foi nem a única nem a principal matriz na

O percurso até aqui permite afirmar que o método estrutural, tomado em sua natureza própria, não conduz à alienação, mas orienta para uma autonomia de espírito que só se adquire na convivência rigorosa com uma grande filosofia. O que o desfigurou foi seu emprego escolar, frequentemente guiado por exigências institucionais e por uma compreensão imperfeita de seu alcance. Daí o equívoco de supor que ele, conquanto não possa fazê-lo por si mesmo, impediria discutir a verdade de um sistema ou a elaboração de um pensamento próprio. O caso de Oswaldo Porchat, nosso mais fiel e idiossincrático praticante do estruturalismo, mostra que, levado ao limite, o método não paralisa, mas estimula uma reflexão independente. Apesar de seus impasses, o estruturalismo nos recorda que a familiaridade com as obras filosóficas é ainda o caminho mais seguro para aprender a filosofar.

Na palestra que deu ensejo à presente reflexão, Vinicius de Figueiredo conclui que o método estrutural nunca fora efetivamente implementado na filosofia uspiana. Todavia, mesmo que tivesse sido adequadamente praticado, não deixaria de ser sobretudo a forma que a especialização assumiu naquela instituição, uma maneira que lá se encontrou para situar a atividade filosófica no ambiente por vezes hostil quanto a disciplinas que não são técnicas ou voltadas para a produtividade. Daí que a dicotomia entre autonomia e alienação se refere menos ao método estrutural ou à História da Filosofia — já que noutros centros filosóficos do país, como bem destaca Vinicius de Figueiredo, distintas abordagens pedagógicas e de pesquisa foram privilegiadas. No caso da Filosofia, a especialização significa abrir mão de discutir questões sociais e culturais do Brasil, as quais são na melhor das hipóteses apenas aludidas em exegeses refinadas ou abstratas análises proposicionais.

Parece-me, portanto, que Vinicius de Figueiredo tem razão ao reorientar assim o eixo de sua interrogação. A substituição da figura do sábio pela do especialista, no ensino e na investigação filosófica, conduziu à desorientação e à perda do sentido mesmo do filosofar. Contudo, pergunto-me se enfrentar tal estado de coisas por meio de um compromisso com temas do “aqui e do agora” não seria uma armadilha espiritual, pois essa “realidade” que se solicita a presença do filósofo já se encontra marcada — diria constituída — pelo mundo da técnica ou dos algoritmos que excluem a procura da sabedoria. A exclusão sequer se dá pela sua ausência, porém por sua diluição ou desvio como mais um produto, entretenimento ou profissão. Não desejo, com isso, sugerir que se abandone a agenda nacional. Todavia, assim como Sócrates dizia visitar o mercado para contemplar o que não precisava, também os nossos filósofos precisam se pôr a uma distância que não se confunda com mero isolamento. Afinal, ao exigirmos da Filosofia uma utilidade imediata ou um engajamento direto, talvez aí sim a estejamos conduzindo à alienação quanto ao que ela é.

formação e no desenvolvimento da Filosofia no Brasil do século XX, considera que releguei a leitura estrutural a um plano demasiadamente secundário. Afinal, de que a análise estrutural foi abandonada ou praticada equivocadamente pelos mestres fundadores do Departamento de Filosofia da USP — J. Arthur Giannotti, Bento Prado Jr. e Oswaldo Porchat —, não se segue que não tenha sido a metodologia privilegiada entre os seus estudantes — que, feitos professores, continuaram a promovê-la. Para Guiomarino, as dissonâncias que encontrei nestes três filósofos quanto ao método estrutural se deveriam a que eles seriam uma exceção em seu ambiente intelectual — por terem elaborado uma reflexão própria e questionamento dos pressupostos herdados. No entanto, o meu argumento não é de que Giannotti, Prado Jr. e Oswaldo Porchat tenham se rebelado contra o estruturalismo, mas sim que este não foi a principal influência no ensino e na pesquisa dos dois primeiros — que foram discípulos de outros missionários franceses — e que Oswaldo Porchat, não obstante tenha sido mais radical do que o próprio Goldschmidt quanto à filosofia do método, reconheceu que aplicou e disseminou equivocadamente a leitura estrutural por décadas. Sendo assim, o que os estudantes mencionados por Guiomarino aprenderam como método estrutural era algo bastante diferente do que fora elaborado por Goldschmidt — e mesmo por Gueroult. Portanto, tentei mostrar que tanto os críticos quanto os entusiastas do método estrutural aprovam ou rejeitam teses que por vezes nada têm a ver com o estruturalismo. Por isso, Oswaldo Porchat, já em seu período de autocritica, ministrou uma palestra no XII Encontro Nacional da ANPOF que se intitulava ironicamente *Por que não sou um estruturalista*, na qual apontava que aquilo que comumente se entendia pelo método entre nós era incorreto — destacando, com rara honestidade intelectual, que algumas das incompreensões tinham sido ensinadas erroneamente por ele mesmo.

Referências

- AUBENQUE, P. *O problema do ser em Aristóteles*. São Paulo: Paulus, 2012.
- ARANTES, P. *Um Departamento Francês de Ultramar*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1994.
- BRÉHIER, E. *La Philosophie et son Passé*. 2. Ed., P.U.F., 1949, p. 41.
- CAPONI, G. O longo braço de Goldschmidt. *Tempo da Ciência*, v. 10, n. 19 e 20, p. 47-65, 2003.
- CASTILHO, F. Nota prévia. In: DESCARTES, R. *Meditações sobre a Filosofia Primeira*. Campinas: 1. reimpressão. Unicamp, 2008, p. 9-15.
- FIGUEIREDO, V. *A paixão da igualdade: uma genealogia do indivíduo moral na França*. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2021.
- FIGUEIREDO, V. Leitura estrutural: autonomia ou alienação? In: DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA DA USP. *O método em questão* [vídeo]. São Paulo: FFLCH-USP, 28/08/2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/dXi4iDirQyI?si=7p5x6jGYVIDIGqpH> (02h: 23m: 27s; 03h: 00m: 51s). Acesso em dez. de 2025.
- FIORIN, J. A Noção de Texto na Semiótica. *Organon*. Porto Alegre, v. 9, n. 23, p. 156-176, 2012.
- GIANNOTTI, J. *Filosofia miúda*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GUEROULT, M. O Método em História da Filosofia. *Philosophica: Revista de Filosofia da História e Modernidade*. São Cristóvão, n. 6, p. 131-144, 2005.
- GUIOMARINO, H. Perigos de uma Filosofia Única: método estrutural e colonialidade da filosofia no Brasil. *Revista Opinião Filosófica*, v. 15, n. 2, e1112, p. 1-23, jul.-ago., 2024.
- GOLDSCHMIDT, V. Tempo Histórico e Tempo Lógico na Interpretação dos Sistemas Filosóficos. In: GOLDSCHMIDT, V. *A Religião de Platão*. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- GOLDSCHMIDT, V. *Os Diálogos de Platão: Estrutura e Método Dialético*. 5ª. ed. São Paulo: Loyola, 1993.
- GOLDSCHMIDT, V. Observações sobre o Método Estrutural em História da Filosofia. *Problemata. Revista Internacional de Filosofia*, v. 14, n. 2, p. 146-168, 2023.
- GOUHIER, H. Prefácio às aulas de Psicologia e Metafísica de Bergson. In: BERGSON, H. *Aulas de Psicologia e Metafísica*. São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. ix-xviii.
- HOLLINGDALE, R. *Nietzsche: The Man and his Philosophy*. Cambridge / New York: Cambridge Univ. Press, 1999.
- JANINE RIBEIRO, R. Filósofos franceses no Brasil. In: MARTINS, C (Org.). *Diálogos entre o Brasil e a França: formação e cooperação acadêmica*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2005, p. 459-464.

- MARGUTTI, P. O Método Analítico em Filosofia. In: BRITO, E. CHANG, L. *Filosofia e Método*. São Paulo: Loyola, 2002.
- PIAGET, J. *O Estruturalismo*. Rio de Janeiro. Difel, 1979.
- PORCHAT, O. Introdução [à Religião de Platão]. In: GOLDSCHMIDT, V. *A Religião de Platão*. 2. Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- PORCHAT, O. Entrevista: Oswaldo Porchat. In: NOBRE, M.; REGO, J. *Conversas com Filósofos Brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- PORCHAT, O. *Ciência e Dialética em Aristóteles*. São Paulo: Edusp, 2001.
- PORCHAT, O. Bate-papo com Estudantes sobre o Estudo de Filosofia na Universidade Brasileira. In: SILVA FILHO, W. *O Ceticismo e a Possibilidade da Filosofia*. (Orgs.) Ijuí: Ed. Unijuí, 2005, p. 235-266.
- PORCHAT, O. *Rumo ao Ceticismo*. São Paulo: Unesp, 2006.
- PORCHAT, O. Meu Ceticismo. *Discurso*, v. 46 n. 2, p. 7-36, 2016.
- REY PUENTE, F. *Introdução [à Física de Aristóteles]*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2025, p. 9-13.
- RORTY, R. The Historiography of Philosophy: Four Genres. In: RORTY, R.; SCHNEEWIND, B.; SKINNER, Q. *Philosophy in History: essays in historiography of Philosophy*. Cambridge: University Press, 1984.
- ROUANET, L. Estruturalismo ou não-estruturalismo? Homenagem a Oswaldo Porchat. In: Argumentos. *Revista de Filosofia/UFC*. Fortaleza, v. 16, n. esp., p. 211-220, 2024.
- SAMPAIO, E. O Método Estrutural e o Ensino Universitário de Filosofia no Brasil. *Rev. Filos. Aurora* (Online), v. 35, 2023. [doi.org/10.1590/2965-1557.035.e202330130].
- SCHNEEWIND, J.; SKINNER, Q. (Orgs.) *Philosophy in History*. Cambridge / New York: Cambridge University Press, 1984, p. 49-75.
- SMITH, P. *Uma Visão Cética do Mundo: Porchat e a Filosofia*. São Paulo: Unesp, 2018.
- STRAUSS, L. *Perseguição e Arte de Escrever*. São Paulo: É realizações, 2015.
- STRAWSON, P. *Análise e Metafísica: uma Introdução à Filosofia*. São Paulo: Discurso Editorial, 1992.
- TORRES FILHO, R. *Ensaio de Filosofia Ilustrada*. São Paulo: Iluminuras, 2004.